

RESENHAS

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.

“ESTADO OLIGÁRQUICO” OU HEGEMONIA DE FRAÇÃO? O MECANISMO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE NA REPÚBLICA VELHA

Sérgio Soares Braga
Pontifícia Universidade Católica

Em meados dos anos 70, numa observação que pode ser transposta para a atual conjuntura teórico-histórica brasileira¹, o historiador inglês Perry Anderson advertia seus leitores contra os riscos de que uma ênfase excessiva nos “vencidos” (ou seja, nas massas dominadas) por parte da historiografia crítica, redundasse numa visão unilateral (e, portanto, incompleta e inexata) dos grandes fenômenos macro-sociais de integração e de conflito que acompanham os processos de funcionamento e de transformação das coletividades humanas². Esta advertência do autor de *Linhagens do Estado Absolutista* talvez se constitua no melhor ponto de partida para uma avaliação mais abrangente das reais contribuições efetuadas por Renato Perissinotto em seu recém-publicado *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, contribuições estas relacionadas à proposta básica subjacente ao estudo: uma tentativa sistemática de análise do “intrincado mecanismo de dominação de classe” no período em questão, sem a adesão correlata ao sistema de valores que formata o horizonte ideológico dos beneficiários objetivos (ou seja, as classes dominantes) com a reprodução de tal mecanismo.

Esta observação inicial faz-se necessária para uma melhor contextualização do trabalho de Perissinotto. Com efeito, a própria definição da temática mais geral da pesquisa, sugerida no título do livro — isto é, o exame das relações entre Estado, hegemonia e classes dominantes na Primeira República brasileira —, já implica o estabelecimento de uma *linha de demarcação teórica* que é aprofundada pelo autor na introdução de seu trabalho, na qual se indica seu *duplo ponto de partida*: (i) em primeiro lugar, a rejeição implícita tanto da visão “instrumentalista vulgar” acerca do funcionamento do aparelho de Estado, quanto da problemática (ideológica)³ das relações entre “Estado” (entendido como a esfera dos interesses ditos “públicos”) e “Sociedade Civil” (esfera dos interesses ditos “privados”) que via de regra inspiram os estudos sobre a prática política dos “setores dominantes” no Brasil; (ii) complementação desse momento “negativo” de rejeição de paradigmas anteriores, com a proposição de um referencial teórico-metodológico alternativo que permita ao investigador produzir resultados analíticos *positivos*, agregando assim novos conhecimentos ao estoque que lhe é legado por outros cientistas. Este duplo movimento inicial é efetuado por Perissinotto na importante “Introdução” (pp. 17-34) de seu livro, na qual é explicitada sua adesão à teoria da hegemonia e do bloco no poder formulada⁴ e aplicada pelo cientista político greco-francês Nicos Poulantzas no conjunto de seus trabalhos, e onde são enunciados os conceitos fundamentais com os quais irá operar no transcurso de sua análise (bloco no poder, fração de classe, hegemonia, efeitos pertinentes, capital cafeeiro etc.). É dentro desse quadro que o autor busca encaminhar as respostas para as indagações básicas que orientam seu estudo e que serão tratadas nos vários capítulos de seu livro: (i) investigar, dentro da problemática teórica exposta na “Introdução”, as relações entre as frações

da classe dominante na sociedade agroexportadora, buscando saber qual delas era hegemônica; (ii) analisar em linhas gerais os mecanismos institucionais que viabilizaram a manutenção da dominação de classe e de exercício da hegemonia na República Velha; (iii) indicar, uma vez caracterizado o sistema hegemônico que se instaurou no período, algumas das forças “diruptivas” geradas no seio das próprias classes dominantes e que também⁵ contribuíram para a entrada em colapso de tal sistema.

Talvez — e aqui extrapolamos algumas formulações manifestas⁶ que se encontram no livro — estes três problemas básicos de pesquisa possam ser unificados na elaboração de uma preocupação fundamental que permeia e é subjacente a todo o enfoque: a tentativa de polemizar contra as teses tradicionais e recorrentes na Ciência Política e na Sociologia brasileiras que buscam reconstruir a dinâmica de funcionamento do sistema político na República Velha através de conceitos não-rigorosos e/ou excessivamente agregadores como o de “oligarquia” e seus “derivativos” (“Estado oligárquico”, “oligarquias regionais”, “cisão das oligarquias” etc.)⁷. Assim, e esta é uma inferência que fazemos por nossa conta, o trabalho de Perissinotto também pode ser lido como uma tentativa — bem sucedida, a nosso ver — de desvendamento progressivo dos mecanismos de dominação de classe e de exercício de hegemonia que se encontram ocultos — ou apenas superficialmente estudados — pela problemática teórica do “Estado oligárquico” e das “oligarquias”.

Para abordar os problemas básicos de investigação formulados acima, o autor estrutura seu raciocínio e sua exposição em cinco níveis de análise, não necessariamente correspondentes à seqüência de organização dos capítulos⁸.

Em primeiro lugar, busca apreender as tensões funcionais geradas pelo efeito da dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas da economia agroexportadora na estrutura de classes (i.e: na distribuição dos agentes sociais num sistema socialmente estratificado e assimétrico de desempenho de papéis) da formação social brasileira na I República: assim, examina a diversificação da economia cafeeira e a diferenciação de interesses entre os proprietários fundiários cafeicultores (a “lavoura”) e um complexo importador-financeiro-exportador (o “grande capital cafeeiro”) com poder de mercado suficiente para controlar a comercialização e o financiamento do café (pp. 35-45); a expansão da burguesia industrial originária do comércio importador no seio da economia agroexportadora (cap. 2, *passim*); a natureza da penetração do capital estrangeiro na economia brasileira (cap. 3, *passim*); o fortalecimento de um amplo setor produtivo voltado para o mercado interno no país (cap. 4, *passim*) etc., processos estes que iriam estar na base da emergência das tensões inter-bloco no poder na República Velha.

Num segundo nível de análise, Perissinotto procura apreender como estas tensões funcionais geradas pela dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas nacionais repercutiram (repercussão essa que é apreendida através do conceito de “efeitos pertinentes”) na geração de clivagens que redundaram no *fracionamento* das classes dominantes em subgrupos distintos; o autor utiliza-se do recurso metodológico de coletar e sistematizar em fontes secundárias (amplamente indicadas no corpo do livro) evidências levantadas por outros analistas de inúmeros conflitos de interesses e divergências político-ideológicas e organizacionais entre as várias frações das classes dominantes, conflitos estes freqüentemente não apreensíveis por noções descritivas e generalizantes como “oligarquias regionais”, “burguesia cafeeira” etc. O remanejamento dessas evidências dentro dos quadros de uma nova problemática teórica, resulta num enfoque inovador das relações entre os conflitos político-ideológicos do período e certas lutas sociais que lhes eram subjacentes. Neste sentido, particularmente interessante é sua demonstração do papel subalterno desempenhado pelo proprietários fundiários no seio do Partido Republicano Paulista e a refutação das teses tradicionais

que buscam apresentar esta agremiação como representante exclusiva da “lavoura” ou dos “fazendeiros de café” (pp. 108-115).

Num terceiro nível de análise, Perissinotto busca demonstrar como o processo alocativo de recursos (humanos e técnicos) induzido pelo aparelho de Estado através de seu *mix* de políticas ditas “públicas” (política monetária, cambial, fiscal, ajuste de balanço de pagamentos etc.) repercute no *sistema de posições relativas*⁹ que hierarquiza socialmente os diferentes agrupamentos que compõem o bloco no poder, beneficiando desigualmente¹⁰ as distintas frações que o constituem. É este procedimento que permite ao autor caracterizar uma *situação de hegemonia* exercida pelo “grande capital cafeeiro” ao nível regional (estado de São Paulo), e pelo “capital estrangeiro” (mormente o imperialismo anglo-americano) na esfera “nacional”: assim, examinam-se, por exemplo, as principais medidas da política de Estado no período (*funding loan*, valorizações do café, defesa permanente etc.), do encilhamento às decisões (e “não-decisões”) referentes ao crédito agrícola, demonstrando-se como este conjunto de medidas reforçou progressivamente a preponderância política do complexo financeiro-importador-exportador, associado ao capital imperialista estrangeiro, sobre os proprietários fundiários fazendeiros de café e sobre a burguesia industrial (pp. 54-91), destacando-se a capacidade do capital estrangeiro de impor medidas de política econômica, de ajuste de balanço de pagamentos, e de negociação da dívida externa ao Estado brasileiro (pp. 172-190).

Num quarto nível, o autor se detém no exame das práticas e dos *arranjos ou mecanismos institucionais* que asseguraram e “legitimaram” (aos olhos de grande parte dos agentes que eram objeto de tais práticas) o exercício da hegemonia política por aquelas forças sociais que controlavam os ramos-chave do aparelho de Estado: assim, o autor analisa a reivindicação do federalismo relacionando-o à demanda de autonomia político-administrativa pelo “grande capital cafeeiro” (pp. 92-103); a funcionalidade das práticas coronelícias e da organização do sistema partidário de “partido dominante” para a manutenção da posição subalterna dos fazendeiros a nível estadual e nacional (pp. 103-115); a funcionalidade dos mecanismos de renegociação da dívida externa e de ajuste do balanço de pagamentos para a reiteração da subordinação da formação social brasileira em relação ao “capital estrangeiro”; as bases sociais da “política do café com leite” (pp. 211-221); a elaboração e difusão de uma concepção ideológica sobre a “vocação agrária” do país e as bases materiais da eficácia persuasiva de tal concepção (pp. 227-237) etc.

Finalmente, o autor, preocupado não só com os elementos integradores, mas também com as forças “diruptivas” ao sistema, indica uma série de focos de instabilidade e de conflito, com potenciais desagregadores variáveis, mas todos eles contribuindo para o agravamento progressivo da instabilidade sistêmica que iria desaguar na grande crise política de 1929-1930 e na eclosão da Revolução Popular Tenentista: a emergência de uma burguesia industrial de postura ambivalente, cujas “conseqüências involuntárias da ação” terminariam por “jogar água ao moinho” da superação a longo prazo da sociedade agroexportadora¹¹; o surgimento de conflitos entre frações regionais das classes dominantes devido à intensificação dos privilégios concedidos pelo ramo central do aparelho de Estado ao “subsistema” regional agroexportador paulista (em detrimento dos setores voltados para o mercado interno) no ocaso da República Velha etc.

Articulando estes vários níveis de análise na seqüência argumentativa dos capítulos, o autor vai construindo progressivamente um enfoque alternativo do funcionamento do bloco no poder na República Velha, do qual emerge uma visão bem mais rica e complexa do “intrincado mecanismo de dominação de classe” no período em apreço do que aquelas tradicionalmente contidas na bibliografia sobre a época, mormente naqueles trabalhos influenciados pela problemática das “oligarquias”.

Pois bem. Não é exagero afirmar que de todo este percurso — que procuramos resumir acima — emerge uma *análise* (não a mera descrição historiográfica, bem entendido) das mais aprofundadas realizadas até o presente momento sobre a dinâmica de funcionamento do bloco no poder na República Velha, embora, como é característico de obras de “síntese”, alguns pontos sejam tratados de maneira genérica e demandem aprofundamentos posteriores. A nosso ver, o autor é amplamente convincente na demonstração de algumas teses centrais de seu trabalho: (i) existência de diferenciação e o conflito de interesses entre um setor de proprietários de terra latifundiários e o predomínio da burguesia comercial-mercantil sobre aqueles no seio do bloco no poder; (ii) a posição complexa da burguesia industrial no interior do sistema de hegemonia da República Velha; (iii) a força política do capital estrangeiro e sua capacidade de imposição de políticas de ajuste macroeconômico ao Estado Nacional brasileiro; (iv) a inconsistência das formulações que buscam apresentar os conflitos existentes no seio das classes dominantes às vésperas da eclosão da Revolução de 30 como uma “cisão das oligarquias” ou como uma dissensão entre “oligarquias regionais” pretensamente homogêneas. Entretanto, apesar do esforço expositivo de clarificação e de rigor argumentativo, alguns pontos, a nosso ver, permanecem passíveis de um esclarecimento adicional por parte do autor. Dentre estes tópicos que, de nosso ponto de vista, necessitam ser melhor desenvolvidos, destacamos os seguintes:

(i) O primeiro deles refere-se ao próprio conceito de capital cafeeiro. Este é um conceito-chave na análise do autor que é enunciado várias vezes no curso da exposição (cf., p. ex., pp. 30, 34, 36-39 etc.). Em primeiro lugar causa estranheza que Perissinotto, tão crítico em relação a expressões generalizantes como “burguesia cafeeira”, “oligarquias” etc., insista na reiteração de tal noção (de capital cafeeiro, introduzida por autores como Sérgio Silva e Flávio Saes), que também sofre das mesmas limitações agregadoras apontadas naquelas expressões. Por outro lado, embora seja convincente na demonstração da existência de um agrupamento diversificado com base na exportação de café, o próprio autor defende a tese, dando-nos elementos para concluir que, dentro do “portfólio de interesses” que orienta a prática social total deste subgrupo diversificado, é a dimensão bancário-mercantil que predomina em seu horizonte de cálculo estratégico (econômico e político). Ora, sendo assim, porque continuar denominando este complexo comercial-financeiro diversificado, que subordinava os proprietários fundiários pré-capitalistas e as demais frações da classe dominante, de “capital cafeeiro”, um conceito que mais obscurece do que ilumina a verdadeira natureza das relações entre as várias dimensões da atividade social total daquela fração?¹²

(ii) O segundo leque de questões refere-se à tentativa de Perissinotto de “especializar” o conceito de hegemonia, caracterizando o que parece ser uma dupla situação hegemônica: a exercida pelo “grande capital cafeeiro” (a nível do bloco no poder do estado de São Paulo) e pelo capital estrangeiro (a nível “nacional”). Ora, a nosso ver o autor confunde a existência e a capacidade hegemônica de uma fração a nível “nacional” com sua presença física pelo território de uma dada formação social (no caso, a brasileira), não aplicando assim o próprio conceito de “efeitos pertinentes” que o permitiu, num momento anterior da análise, romper com uma visão economicista das práticas sociais das classes dominantes. Ora, se o próprio autor, ao longo de sua exposição, é pródigo em apresentar evidências (conforme o leitor poderá verificar durante sua leitura do texto) da dependência mútua entre o ramo central do aparelho de Estado e o complexo financeiro-mercantil localizado na região sudeste do país, por que não caracterizar tais correspondências como “efeitos pertinentes” da capacidade hegemônica de um sub-setor das próprias classes dominantes autóctones (embora intimamente associadas ao “capital estrangeiro”) a nível “nacional”?

Entretanto, estes problemas não chegam a comprometer os resultados globais da análise

empreendida por Perissinotto em seu trabalho, dado que o salto qualitativo propiciado pelo aparecimento mesmo de novos problemas já se constitui num resultado positivo de sua pesquisa. Deste ponto de vista, pelas questões (empíricas e teóricas) que resolve e pelas que permite formular, o livro configura-se desde já numa referência obrigatória para o estudo das práticas políticas das classes dominantes e dos conflitos e tensões existentes no seio do bloco no poder na República Velha, que certamente estimulará novas abordagens e releituras sobre os acontecimentos da história política do período. De outra perspectiva, mais abrangente, o enfoque de Perissinotto constitui-se numa importante contribuição de “médio alcance” para o amadurecimento e a consolidação do fecundo esforço analítico de (re)interpretação, sob uma nova ótica, da estrutura e da história da formação social brasileira já empreendido, alhures, por outros pesquisadores¹³.

A notável capacidade analítica revelada por Perissinotto em sua dissertação (trata-se de uma tese de mestrado em Ciência Política defendida no IFCH/UNICAMP em 1991), gera no leitor a expectativa de novos aportes que dêem continuidade ao promissor projeto teórico que, nas entrelinhas de seu texto, conseguimos perceber como visado por este jovem cientista político.

Sérgio Soares Braga é graduado em Ciências Sociais (UNICAMP) e pós-graduando em Ciência Política (UNICAMP). Atualmente é professor de História Econômica do Brasil e Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

NOTAS

¹ Para um resumo bastante informado da “atual conjuntura teórico-historiográfica” e dos principais debates referentes à quadra histórica aqui enfocada, cf. FAUSTO, 1988.

² Embora longa, vale reproduzir a citação de Perry Anderson a fim de melhor ilustrar o espírito da proposição com a qual abrimos esta resenha: “[...] Hoje, quando a ‘história a partir de baixo’ tornou-se senha reconhecida tanto em círculos marxistas como não-marxistas e produziu já importantes benefícios para a nossa compreensão do passado, é apesar de tudo necessário lembrar um dos axiomas básicos do materialismo histórico: que a luta secular entre as classes resolve-se em última instância no nível *político* da sociedade — e não no nível econômico ou cultural. Em outras palavras, é a construção e a destruição dos Estados que sela as modificações básicas das relações de produção, enquanto subsistirem as classes. Uma ‘história a partir de cima’ — do intrincado mecanismo de dominação de classe — surge, portanto, como não menos essencial que uma ‘história a partir de baixo’: na verdade, sem aquela esta última torna-se enfim unilateral (embora do melhor lado)” (ANDERSON, 1985 (1974): 11).

³ Sendo que este último procedimento também pode ser designado como uma *ruptura epistemológica*, no sentido em que este termo é utilizado no excelente trabalho de BRUYNE, 1991: 51, 102 e 202. No tocante à diferenciação do autor em relação à concepção “instrumentalista vulgar” cf. a nota 10 mais adiante.

⁴ Dado o caráter inacabado e ainda “aberto” de tal teoria, melhor seria dizer “esboçada” por Nicos Poulantzas no conjunto de suas obras. Para um primeiro enunciado de tal teoria, cf. POULANTZAS, 1986: 133-137, 224-247 e 293-300. Para uma tentativa pioneira de aplicação desta teoria no exame de conjunturas políticas, conferir as análises dos processos de mudança de forma de Estado e regime político empreendidas pelo próprio POULANTZAS, 1975 e 1978.

⁵ “Também”, porque é sempre bom lembrar que o inventário desses elementos não esgota — longe disso — a enumeração das causas da emergência de uma *crise de hegemonia* como a ocorrida, por exemplo, no final

da I República. Além disso, é necessário levar em conta outros fatores, tais como: eventuais efeitos perversos das políticas de Estado sobre as massas exploradas, os “feedbacks” de tais efeitos no seio do próprio aparelho de Estado (cf. o fenômeno do “tenentismo”) através do surgimento de propostas alternativas, positivas e exequíveis de gestão da “máquina estatal” etc., fenômenos estes também relevantes para a reconstituição de toda a complexa cadeia de causalidades e de interações sociais que culminou na eclosão da Revolução de 30. Em uma palavra: é necessário precaver-se contra os riscos de um unilateralismo em sentido inverso ao apontado por Perry Anderson na passagem anteriormente citada.

⁶ “Extrapolamos formulações manifestas” porque as críticas efetuadas pelo autor ao conceito de “oligarquias” ao longo do texto (pp. 203-205) não resultam numa confrontação explícita e abrangente com a problemática do “Estado oligárquico”. Por outro lado, consideramos que, não obstante algumas afirmações em contrário (pp. 28-29) longe de se limitar apenas à “constatação” da hegemonia, seu estudo constitui-se na realidade numa contribuição para a análise dos *processos* pelos quais esta se dá, vale dizer, de seu mecanismo.

⁷ Talvez a tentativa mais articulada de utilização deste paradigma para a explicação do funcionamento do sistema político na República Velha se encontre no trabalho de MARTINS, 1976. Cf. especialmente *Cap. I: L’Etat Oligarchique*, pp. 33-77 e *Cap. II: L’Etat Corporatif*, pp. 79-124.

⁸ Aqui, apenas tentamos decompor os elementos analíticos básicos que, a nosso ver, estruturam o raciocínio do autor. Para uma exposição bastante clara do “plano da obra” e da seqüência de matérias abordadas nos vários capítulos do livro, cf. pp. 18-19.

⁹ Expressão extraída do sugestivo ensaio de SAES, 1989: 05.

¹⁰ Diga-se de passagem que esta análise dos beneficiários principais da política econômica no período constitui-se num dos pontos altos do livro, na medida em que permite a solução de “charadas” e falsos dilemas como aqueles apontados por Winston Fritsch em seu instigante artigo (FRITSCH, 1992). Acrescente-se ainda que a caracterização de um subgrupo da classe dominante primordialmente favorecido pelo (e identificado ideologicamente com o) processo alocativo induzido pelas políticas de Estado, não implica a postulação de qualquer *correspondência biunívoca* (vale dizer, ponto a ponto) entre as decisões tomadas e implementadas (em nome de pretensos “interesses nacionais” — o que, justamente, caracteriza a operação ideológica de exercício da hegemonia) pela burocracia de Estado e os interesses de um subgrupo ou fração das classes exploradoras preponderantemente beneficiados por tais decisões. Ao contrário, o modelo teórico operacionalizado por Perissinotto é amplamente compatível com uma certa margem de liberdade da burocracia estatal em relação aos interesses mais específicos e de curto prazo daqueles próprios setores que, no longo prazo e no “frigor dos ovos”, são os principais beneficiados com a continuidade de um determinado modelo de desenvolvimento imposto a uma dada formação social pelos detentores do poder de Estado.

¹¹ “Ambivalência”, “Conseqüências não-antecipadas (ou não-previstas) da ação social”: são conceitos que fomos buscar no magistral conjunto de ensaios de MERTON (1976), para reter os elementos básicos detectados por Perissinotto em sua análise da inserção e da prática social da burguesia industrial no seio da “sociedade agroexportadora”.

¹² Diga-se de passagem que existem tentativas de apreender essas relações entre capital comercial e proprietários fundiários (para o caso da cotonicultura paulista) sem por isso incorrer necessariamente na formulação correlata de um conceito como o de “capital algodoeiro”. Cf. o trabalho de ALBUQUERQUE (1983) que inclusive pode servir de ponto de partida para futuros estudos e reflexões sobre o tema.

¹³ Cf. por exemplo, como ilustração deste esforço recente de interpretação da história brasileira, sob uma nova problemática, os textos fundamentais de GORENDER, 1994; SAES, 1985; BOITO Jr., 1982 e 1991; e MINELLA, 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE**, Rui H. P. L. (1983). *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: 1920-1950*. São Paulo, Hucitec/CNPq.
- ANDERSON**, Perry. (1985). *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense.
- BOITO Jr.**, Armando. (1982). *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense.
- BOITO Jr.**, Armando. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- BRUYNE**, Paul de et alii. (1991). *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- FAUSTO**, Boris. (1988). “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 20: 06-37.
- FRITSCH**, Winston. (1992). “Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”. In: M. P. Abreu (org.). *A Ordem no progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Campus, pp. 31-72.
- GORENDER**, Jacob. (1994). *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo, Ática.
- MARTINS**, Luciano. (1976). *Pouvoir et développement économique (formation et évolution des structures politiques au Brésil)*. Paris, Anthropos.
- MERTON**, Robert K. (1976). *A ambivalência sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MINELLA**, Ari César. (1988). *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. São Paulo, ANPOCS.
- POULANTZAS**, Nicos. (1975). *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. François Maspero.
- POULANTZAS**, Nicos. (1978). *Fascismo e ditadura*. São Paulo, Martins Fontes.
- POULANTZAS**, Nicos. (1986). *Poder político e classes sociais*. 2ª ed. Martins Fontes.
- SAES**, Décio. (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAES**, Décio. (1989). “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70-80”. *Primeira Versão*, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2.

* * *

